

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O MOVIMENTO FEMINISTA: participação no processo da criação de políticas públicas para as mulheres

Bianca Caroline Araujo Viegas¹

RESUMO

O presente artigo defende que o engajamento dos movimentos sociais contribuíram e contribuem na formulação e implementação de políticas públicas. Diante disso, o artigo traz um apanhado histórico da luta do movimento de mulheres, desde a sua origem, debatendo as suas lutas até às conquistas logradas no âmbito legal e social. Ele está dividido em duas partes com objetivos específicos: a primeira parte, trata sobre a história do feminismo em termos muito gerais, com o objetivo de compor um cenário que permita compreender o movimento como parte do campo de forças que formatou as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI. Em segundo lugar, traz algumas das conquistas efetivas no âmbito legal logrado pela luta dos movimentos feministas, justificando a relevância que movimentos como esse possuem na reivindicação de direitos – no caso aqui tratado, de mulheres.

Palavras-chave: Movimentos sociais 1; Políticas públicas 2. Feminismo 3.

ABSTRACT

This article argues that the engagement of social movements contributed and obeyed in the formulation and implementation of public policies. Given this, the article brings a historical overview of the struggle of the women's movement, from its origin, debating their struggles to the achievements achieved in the legal and social sphere. It is divided into two specific parts: the first part deals with the history of feminism in very general objective terms, with the aim of composing a scenario that allows understanding the movement as part of the field of forces that formed the last decades of the century twentieth and the first years of the twenty-first century. Secondly, it brings some of the effective achievements in the legal scope achieved by the struggle of feminist movements, justifying the adoration that movements like this have in claiming rights – in the case discussed here, of women.

Keywords: Social movements 1. Public policy 2. Feminism 3.

¹ Universidade Federal do Maranhão - UFMA; Mestranda em Políticas Públicas; biancaviegas@outlook.com.br.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais importam para a produção de políticas públicas? Neste artigo, defendemos que sim, uma vez que acreditamos que o engajamento dos movimentos sociais, dos ativistas e das organizações da sociedade civil contribuíram e contribuem na formulação e implementação de políticas públicas. Carlos, Dowbor & Albuquerque (2018) defendem que os movimentos sociais engajam em um conjunto de atividades que nem sempre implicam a relação de conflito com os detentores de poder, visto que em sociedades complexas, esses movimentos também colaboram com o estado, contribuindo na elaboração e implementação de políticas governamentais.

Levando em consideração o pressuposto acima, o presente artigo traz um apanhado histórico da luta do movimento de mulheres, desde a sua origem, debatendo as suas lutas até às conquistas logradas no âmbito legal e social. O artigo está claramente dividido em duas partes com objetivos específicos: na primeira parte trato da história do feminismo em termos muito gerais, com o objetivo de compor o cenário que permita compreender o movimento como parte do campo de forças que formatou as últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI. Em segundo lugar, trago algumas das conquistas efetivas no âmbito legal logrado pela luta dos movimentos feministas, justificando a relevância que movimentos como esse possuem na reivindicação de direitos – no caso aqui tratado, de mulheres.

O feminismo, na perspectiva de movimento social emancipatório, declarou a igualdade e a liberdade para as mulheres, de modo que estas superassem as múltiplas opressões e explorações patriarcal e capitalistas que demarcam a sua experiência como ser social. Para isso, reivindicaram pela responsabilização do Estado.

2 O MOVIMENTO FEMINISTA: um processo histórico

PROMOÇÃO



APOIO



Foi a partir das últimas décadas do século XIX e início do século XX que as mulheres, inicialmente na Inglaterra, se organizaram para lutar pelos seus direitos. Esse movimento, liderado por mulheres de classe alta, que lutavam pela garantia do direito ao voto para as mulheres foi considerado a primeira onda do movimento feminista. Essas mulheres, conhecidas como *sufrajetes* realizaram diversas manifestações em Londres e, embora esses protestos tenham sido restritas apenas às mulheres brancas e de classe média e alta, foi um marco importante para a superação da invisibilidade das mulheres (SILVA, 2015). Dito isso, o direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918.

No contexto brasileiro, a primeira onda do feminismo também se manifestou publicamente através da luta pelo voto, Pinto (2010) apresenta quem liderava as *sufrajetes* brasileiras:

foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010, p. 16).

Além das *sufrajetes*, a autora chama atenção ao movimento das operárias de ideologia anarquista, que se reuniam na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. Vale ressaltar que a primeira onda do movimento feminista era a fase do feminismo “bem-comportado”, com caráter conservador em que a opressão da mulher ainda não era questionada (ALVES & ALVES, 2013). Essa primeira onda do feminismo perdeu força a partir da década de 1930 e é somente a partir da década de 1960 que os movimentos feministas ganham maior visibilidade e importância, uma vez que sofreram influências de um período social conhecido como “Maio de 68”, que é marcado pela ocupação de estudantes na Sorbonne, em Paris, questionando a ordem acadêmica estabelecida há séculos.

Durante esse período, Silva (2015) explica que

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



diferentes grupos sociais (negros, intelectuais, mulheres, estudantes, entre outros), nos principais países da Europa e nos Estados Unidos, buscaram romper com o silenciamento e a discriminação historicamente sofrida, em decorrência de um ideal de organização social moderna, que impõe uma estrutura única social e política, justificada através de teorias de universalização e apoiada no formalismo da ciência. A crítica a esses paradigmas possibilitou o surgimento de diversos movimentos contra hegemônicos, dentre eles o movimento feminista (SILVA, 2015, p.14).

Durante essa década, o movimento feminista surge com toda a força nesses países e as mulheres passam a falar diretamente sobre as questões que envolvem as relações de poder entre homens e mulheres. Em sua segunda onda, o feminismo era “malcomportado” e reunia mulheres intelectuais, líderes operárias e anarquistas que defendiam o direito à educação e abordavam temáticas como a sexualidade e o divórcio (ALVES & ALVES, 2013). Essa segunda onda se destaca, também, pela militância do movimento na academia, uma vez que surge uma grande quantidade de feministas inseridas nas universidades, com um novo modelo de militância, usando a produção de conhecimento como arma – já que por muito tempo a produção de conhecimento foi utilizada para justificar a dominação de homens sobre mulheres (SILVA, 2015).

No caso do Brasil, a década de 60 apresentou uma dinâmica diferente em relação ao resto do mundo, pois, nos primeiros anos da década, o país teve uma grande movimentação, visto que a Bossa Nova revolucionava a música, Jânio Quadros renunciava e Jango chegava ao poder, aceitando o parlamentarismo na intenção de evitar um golpe de estado. Outros acontecimentos marcantes da década foram

o ano de 1963 foi de radicalizações: de um lado, a esquerda partidária, os estudantes e o próprio governo; de outro, os militares, o governo norte-americano e uma classe média assustada. Em 1964, veio o golpe militar, relativamente moderado no seu início, mas que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n. 5 (AI-5), que transformava o Presidente da República em um ditador (SILVA, 2015, p.16)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Enquanto nos Estados Unidos e na Europa havia um cenário propício para o surgimento de movimentos libertários, com destaque para os que lutavam por causas identitária, o Brasil encarava um período de total repressão da luta política. E foi nesse cenário de regime militar que aconteceram as primeiras manifestações feministas da década de 70 no país. De acordo com Elizabeth Cardoso (2004):

Com os “anos de chumbo” da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alembert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 1970; grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976, por um grupo de mulheres brasileiras, e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972 (CARDOSO, 2004, p. 41)

Neste sentido, a década de 70 registra uma série de conquistas relacionadas à participação das mulheres no meio social e ao comprometimento com as reivindicações e causas feministas.

A partir da redemocratização do Brasil, nos anos de 1980, o feminismo brasileiro entra em uma nova fase na luta pelos direitos das mulheres com inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões do país tratando de diversos temas, sendo eles: violência, sexualidade, igualdade no casamento, direito ao trabalho, à terra, à saúde materno-infantil, luta contra discriminação de raça e opções sexuais (PINTO, 2010). A organização desses grupos se davam, algumas vezes, próximos aos movimentos populares de mulheres que se localizavam nas periferias e que eram fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – esse foi uma atividade importante para o movimento feminista, já que, até então, o feminismo era voltado para a classe média e, a partir desse momento, passa a ser aceito pelas camadas populares (ALVES & ALVES, 2013).

Com a Constituição de 1988, as mulheres conquistaram a formalização da equidade de gênero prevista em lei, que nos termos da constituição dispõe “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, o que significaria que a partir de

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



então a mulher passa a ser igual ao homem perante a lei – porém, isso não se mostra tão efetiva na prática. Contudo, as demais conquistas do movimento feminista no âmbito das políticas para as mulheres serão abordadas no tópico a seguir.

3 FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A redemocratização foi um processo que marcou muitas conquistas para o movimento feminista, principalmente pela Constituição Federal de 1988, conhecidas como a constituição cidadã, pois deu visibilidade aos direitos sociais e serve como fundamento em defesa dos ideais de cidadania e de democracia participativa. Nesse sentido, as políticas públicas para as mulheres referem-se à inclusão e a defesa, em favor dos direitos das mulheres. Essas políticas expressam ideias de autonomia, emancipação, inclusão, respeito e visibilidade social.

Sobre as políticas públicas para as mulheres, Mendonça & Santos pontuam que elas:

apresentam como necessidade a conscientização e organização do coletivo de mulheres a respeito do lugar que ocupam para reprodução dos seus modos de vida na sociedade, bem como exige a conscientização de dos direitos sociais e civis que possuem. Para tanto, as políticas para as mulheres têm como pressuposto buscar a integração da organização coletiva das mulheres em ações sociais e a inserção em canais de participação, com o fim de estimular a atuação do movimento de mulheres para a reflexão crítica em busca de soluções que atuem no enfrentamento das demandas e, na defesa dos interesses das mulheres ante a sociedade patriarcal que a desvaloriza e subjulga sua autonomia e emancipação (MENDONÇA&SANTOS, 2018, p. 9).

Vale ressaltar que o objetivo das políticas públicas para as mulheres não é fomentar as divisões de gênero, muito pelo contrário, interessa trazer para o conhecimento do contexto social que caracteriza a situação da mulher, levando em consideração todo o processo histórico de subordinação e discriminação, para que assim possa propor ações que contribuam para fortalecer o papel social da mulher, assim como fortalecer a mulher enquanto pertencente a uma categoria coletiva e que precisa de atenção por parte das ações governamentais para alcançarem a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



possibilidade de se tornarem sujeitos possuidores de autonomia e lutarem por emancipação (*Idem*).

A Secretaria Especial de Política para Mulheres resultou desta trajetória de lutas dos movimentos feministas e de mulheres, ocupando um lugar importante no que diz respeito ao incentivo para a implementação de políticas de combate à desigualdade de gênero.

a atuação da Secretaria estimula e provoca as diferentes áreas do governo a pensarem o impacto de suas políticas sobre a vida de mulheres e homens. Entendendo que este impacto se dá diferentemente na vida das mulheres, das mulheres negras, de homens negros, brancos, de mulheres índias e que as políticas, para serem universalistas, para atingirem todas as pessoas, tem necessariamente que considerar as diferentes origens, orientações sexuais, gerações e condições física e mental. Há que se afirmar as diferenças em direção à promoção da igualdade (BRASIL, 2004, p. 14).

Portanto, os grandes desafios encarados pelo poder públicos exigem que se compreenda a determinação de gênero, raça e etnia no conjunto dos problemas sociais a serem enfrentados e superados. Porém, essas demandas com enfoques para as mulheres já haviam sido institucionalizadas através da criação do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), sendo fruto de reivindicações feministas. O CNDM foi aprovado no Congresso Nacional pela Lei nº 2 7.353, assinada em 29 de agosto de 1985. A sua primeira direção tomou posse em 11 de setembro de 1985, tendo Ruth Escobar como presidente e com uma composição plural de tendências de partidos e de movimentos de mulheres.

O CNDM define-se por atuar de forma imediata em três linhas: Creches, Violência e Constituinte. Elaborava projetos para intervir também nas áreas da saúde, do trabalho, da educação e da cultura e teve um papel importante no processo de democratização do país, garantindo que grande parte das reivindicações do movimento de mulheres fosse incluída na Constituição de 1988, conforme destaca Esmeraldo:

nos primeiros anos, a repercussão da atuação do CNDM no país é visível. Utiliza-se amplamente dos meios de comunicação e realiza grandes

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



campanhas, com o apoio dos conselhos estaduais já instalados. Interfere com pareceres técnicos em anteprojetos do governo ligados ao trabalho feminino e à saúde da mulher. Elabora propostas de políticas públicas ligadas à violência, à educação, ao trabalho, à saúde para os ministérios respectivos [...]. No plano nacional, a visibilidade do CNDM materializa-se quando assume a coordenação da campanha Mulher e Constituinte, com o lema Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher, lançada em novembro de 1985. O CNDM consegue aglutinar as parlamentares constituintes, os movimentos de mulheres e a sociedade em geral para participar da campanha. O chamado lobby do batom, grupo composto por lideranças de mulheres, é uma iniciativa dos movimentos de mulheres e feministas que se articula ao CNDM para acompanhar os trabalhos dos constituintes na elaboração e votação de Emendas Constitucionais. A votação do texto constitucional é acompanhada pelos grupos de mulheres e o CNDM. Observa-se que a Carta Magna aprovada em 1988 incorpora a maioria das reivindicações das mulheres. (Esmeraldo, 2002, p. 246).

De acordo com Gonçalves & Abreu, o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres articulou diversas políticas, incentivando inclusive estudos e pesquisas:

foram encomendados ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o mapeamento da pobreza feminina e o monitoramento do impacto das políticas públicas na reversão do quadro de discriminação. Houve, ademais, o incentivo e a promoção de cursos de capacitação e projetos de educação profissional para mulheres trabalhadoras, como também campanhas de divulgação, junto à mulher trabalhadora, dos seus direitos trabalhistas, dos mecanismos de acesso à justiça e da assistência jurídica gratuita no que se refere aos direitos das mães e dos seus filhos em relação à responsabilidade paterna. (GONÇALVES&ABREU, 2018, p. 758)

Em 2004, o Governo Federal, sob a coordenação da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), convoca a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, precedida de conferências estaduais e municipais. Tal convocação mobilizou mulheres e governos em todo o país para a discussão de políticas públicas para as mulheres e de diretrizes que teve por resultado o primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – que fora revisado em anos seguintes.

O Plano Nacional de Política para Mulheres apontava para uma perspectiva de construção de relações democráticas com os movimentos feministas e de mulheres, considerando necessária.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social. Alguns exemplos desses mecanismos são: as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras (BRASIL, 2004, p. 32).

Destacam-se, na esfera da gestão do PNPM, três linhas prioritárias de ação, destinadas a subsidiar o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas públicas para as mulheres e garantir a eficácia da implementação do Plano, são elas:

(a) capacitar e qualificar os agentes públicos em gênero, raça e direitos humanos;

(b) produzir, organizar e disseminar dados e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e raça;

(c) criar e fortalecer os mecanismos institucionais de direitos e de políticas para as mulheres. (PINTO, 2006).

A Secretaria de Política para Mulheres, no aniversário de dez anos do I PNPM, lançou os princípios orientadores do PNPM 2013-2015 e considerou que o Plano permanecia como “[...] um marco no processo de consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres.”, pois se tratava de um instrumento que reforçava “[...] o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas.” (GONÇALVES&ABREU, 2018).

Uma outra enorme conquista alcançada pelas mulheres ocorreu em 2006, quando foi sancionada a lei Maria da Penha, que instaurou, no cenário político e jurídico nacional, mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres em situação familiar e em relações afetivas, em todas as suas expressões e em qualquer contexto socioeconômico. Nesta Lei trata sobre as diversas formas da violência: caráter físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial. É, portanto, uma lei na qual a compreensão da violência refere-se a tudo aquilo que fere a integridade da pessoa. (PEDRO & GUEDES, 2010).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



4 CONCLUSÃO

Levando em consideração o histórico de conquistas e todos os avanços logrados no que se refere às políticas públicas para as mulheres no Brasil, podemos constatar a real importância da atuação dos movimentos de mulheres para a conquista e efetivação dos direitos femininos.

O movimento de mulheres atravessou um longo caminho no histórico de lutas pelo reconhecimento de direitos, uma vez que lutaram para ter direito ao voto, lutaram para poder estudar, trabalhar, divorciar, lutaram pela democratização do país, lutaram para ocupar espaços democráticos de decisão do poder, lutaram por reconhecendo legal e social. E, mesmo após muitas conquistas, os desafios permanecem, e a luta das mulheres continua.

Devemos considerar, também, que as políticas de gênero não ultrapassam os movimentos sociais, ao contrário, pois mostram a importância da atuação desse movimento no que, tange ao protagonismo dos sujeitos sociais. Apesar das grandes conquistas femininas no último século, com destaque para estas leis que foram apresentadas, ainda há muito o que ser feito. É fundamental que o Estado invista cada vez mais nas Políticas Públicas voltadas para mulheres, e que o protagonismo do movimento feminista alastre a presença das mulheres na cena pública na luta pela garantia de direitos conquistados e ampliação de novos direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. **Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, v. 4, p. 113-121, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2004.

CARDOSO, Elizabeth. “Imprensa brasileira pós-1974”. **Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, p. 360-378, 2017.

ESMERALDO, Gema Galgani SL; SAID, Magnólia Azevedo. Conselho Cearense de Direitos da Mulher/CCDM—Espaço de Interlocação entre as Demandas dos Movimentos de Mulheres e o Estado. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra**, 2002.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do plano nacional de políticas para as mulheres ao machistério de Temer. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, n. 2, p. 753-771, 2018.

MENDONÇA, ISABELLE PINTO; SANTOS, VÂNIA CARVALHO. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES: INDICAÇÕES APRESENTADAS NO PLANO NACIONAL BRASILEIRO. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, p. 1-10, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 15-23, 2010.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. As políticas públicas para mulheres no Brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, 2017.

SILVA, Emanuely Arco Iris. **Ciência no feminino: um estudo sobre a presença da mulher docente na pós-graduação da UFPE**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

PROMOÇÃO



APOIO

